

(1)

Comunidade Europeia



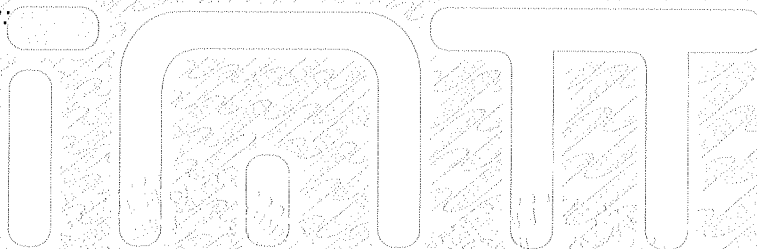
Instituto da Mobilidade
e dos Transportes Terrestres, I.P.

Licença n° 200102

para transporte rodoviário internacional de passageiros em autocarro por conta de outrem

O titular da presente licença (2) **RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A.**, titular do alvará n° 200102 e do NIPC 502513900, com sede em **Rua do Nogueiral - Edifício Galinha, , 2350-413 TORRES NOVAS**, fica autorizado a realizar, no território da Comunidade, transportes rodoviários internacionais de passageiros por conta de outrem, nas condições estabelecidas no Regulamento (CE) n° 1073/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, que estabelece regras comuns para o acesso ao mercado internacional dos serviços de transporte em autocarro, e nos termos das disposições gerais da presente licença.

Observações especiais:



A presente licença é válida de 10 de abril de 2014

a 09 de abril de 2019

Emitido em **Lisboa**,

em 24 de janeiro de 2014

O CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO
DE ATIVIDADES DE TRANSPORTE, por delegação

António Cardoso
(3)

(1) Siglas distintivas dos Estados-Membros: (B) Bélgica, (BG) Bulgária, (CZ) República Checa, (DK) Dinamarca, (D) Alemanha, (EST) Estónia, (IRL) Irlanda, (GR) Grécia, (E) Espanha, (F) França, (I) Itália, (CY) Chipre, (LV) Letónia, (LT) Lituânia, (L) Luxemburgo, (H) Hungria, (MT) Malta, (NL) Países Baixos, (A) Áustria, (PL) Polónia, (P) Portugal, (RO) Roménia, (SLO) Eslovénia, (SK) Eslováquia, (FIN) Finlândia, (S) Suécia, (UK) Reino Unido.

(2) Nome completo ou firma e endereço completo do transportador.

(3) Assinatura e carimbo da autoridade ou organismo competente que emite a licença.

DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1 - A presente licença é emitida ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1073/2009.
- 2 - A presente licença é emitida pelas autoridades competentes do Estado membro de estabelecimento do transportador por conta de outrem:
 - a) Que esteja autorizado, no Estado membro de estabelecimento, a efetuar transportes internacionais em autocarro, sob a forma de serviços regulares, incluindo serviços regulares especializados, ou de serviços ocasionais;
 - b) Que satisfaça as condições estabelecidas na regulamentação comunitária relativa ao acesso à atividade de transportador rodoviário de passageiros no domínio dos transportes nacionais e internacionais;
 - c) Que obedeça à regulamentação no que diz respeito às normas relativas aos motoristas e aos veículos.
- 3 - A presente licença permite efetuar, relativamente a todas as ligações e trajetos no território da Comunidade, transportes rodoviários internacionais de passageiros em autocarro por conta de outrem:
 - a) Cujo ponto de partida e cujo ponto de chegada se situem em dois Estados membros diferentes, com ou sem trânsito por um ou mais Estados membros ou países terceiros;
 - b) Cujo ponto de partida e cujo ponto de chegada se situem no mesmo Estado membro, com tomada ou largada de passageiros noutro Estado membro ou num país terceiro;
 - c) Com origem num Estado membro e com destino a um país terceiro, e vice-versa, com ou sem trânsito por um ou mais Estados membros ou países terceiros;
 - d) Entre países terceiros, atravessando em trânsito o território de um ou mais Estados membros, bem como as deslocações em vazio relacionadas com esses transportes nas condições estabelecidas pelo Regulamento (CE) n.º 1073/2009.

No caso de um transporte com origem num Estado membro e com destino a um país terceiro, e vice-versa, o Regulamento (CE) n.º 1073/2009 é aplicável ao trajeto efetuado no território dos Estados membros atravessados em trânsito. Não é aplicável ao trajeto efetuado no território do Estado membro de tomada ou largada dos passageiros, enquanto não for celebrado o acordo necessário entre a Comunidade e o país terceiro em causa.

- 4 - A presente licença é pessoal e intransmissível.
- 5 - A presente licença pode ser retirada pela autoridade competente do Estado membro que a emitiu, nomeadamente sempre que o transportador:
 - a) Tenha deixado de preencher as condições referidas no n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1073/2009;
 - b) Tenha prestado informações inexatas no tocante aos dados necessários à emissão ou renovação da licença;
 - c) Tenha cometido uma infração grave ou infrações à legislação comunitária no domínio dos transportes rodoviários em qualquer Estado membro, nomeadamente no que diz respeito às normas aplicáveis aos veículos, aos períodos de condução e de repouso dos motoristas e à execução sem autorização dos serviços paralelos ou temporários previstos no quinto parágrafo do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1073/2009.As autoridades competentes do Estado membro de estabelecimento do transportador que cometeu a infração podem, nomeadamente, retirar a licença comunitária ou retirar temporária ou definitivamente parte ou a totalidade das cópias certificadas da licença comunitária.

As sanções são determinadas em função da gravidade da infração cometida pelo titular da licença comunitária e em função do número total de cópias certificadas de que o mesmo disponha para efeitos de serviços de transporte internacional.

- 6 - O original da licença deve ser conservado pelo transportador. O veículo que efetuar um transporte internacional deve ter a bordo uma cópia certificada da licença.
- 7 - A presente licença deve ser apresentada sempre que for solicitada pelos agentes responsáveis pelo controlo.
- 8 - O titular deve respeitar, no território de cada Estado membro, as disposições legislativas, regulamentares e administrativas em vigor nesse Estado, nomeadamente em matéria de transporte e de circulação.
- 9 - «Serviços regulares» são os serviços que asseguram o transporte de passageiros com uma frequência e num percurso determinados e em que os passageiros podem ser tomados e largados em paragens previamente estabelecidas. Os serviços regulares são acessíveis a todos, apesar da obrigação de reservar, caso seja necessário.

O caráter regular do serviço não é afetado pelo facto de as condições de exploração do serviço serem adaptadas.

Os serviços regulares estão sujeitos a autorização.

«Serviços regulares especializados» são os serviços que, independentemente de quem os organiza, asseguram o transporte de determinadas categorias de passageiros, com a exclusão de outros, com frequência e percurso determinados, e em que os passageiros podem ser tomados e largados em paragens previamente estabelecidas.

Os serviços regulares especializados incluem, nomeadamente:

- a) O transporte de trabalhadores entre o domicílio e o local de trabalho;
- b) O transporte de alunos e estudantes entre o domicílio e o estabelecimento de ensino.

O facto de a organização do transporte ser adaptada às necessidades variáveis dos utilizadores não afeta o caráter regular dos serviços especializados. Os serviços regulares especializados ficam isentos de autorização, na condição de serem abrangidos por um contrato celebrado entre o organizador e o transportador.

A organização de serviços paralelos ou temporários dirigidos aos mesmos clientes dos serviços regulares existentes está sujeita a autorização.

«Serviços ocasionais» são os que não correspondem à definição de serviços regulares, incluindo os serviços regulares especializados, e que se caracterizam, nomeadamente, pelo facto de assegurarem o transporte de grupos constituídos por iniciativa de um comitente ou do próprio transportador. A organização de serviços paralelos ou temporários comparáveis aos serviços regulares existentes e dirigidos aos mesmos clientes que estes últimos fica sujeita a autorização de acordo com o procedimento previsto no capítulo III do Regulamento (CE) n.º 1073/2009. Estes serviços não perdem o caráter de serviço ocasional por serem efetuados com uma certa frequência.

Os serviços ocasionais ficam isentos de autorização.